

O LIVRO COMESTÍVEL: A URGÊNCIA DE UMA POLÍTICA SOCIAL PARA A LEITURA ESCOLAR

Vania Belli
Universidade Salgado de Oliveira

Hum! O caso é dos mais graves. Tenho de operá-lo imediatamente. Sua excelência está empanturrado de álgebra e outras ciências empanturrantes.
(Reinações de Narizinho)

Nesse trabalho pretendemos discutir três questões que nos parecem centrais na articulação entre leitura – literatura – escola: 1- Quais são as relações que a criança em idade escolar estabelece com o objeto livro. 2- Como situar a leitura literária em relação ao desenvolvimento infantil global. 3- Porque a leitura escolar é uma questão de política social e não somente de política publica.

As práticas escolares que envolvem a leitura literária infantil, no Brasil, com raras exceções, apontam para o despreparo das instituições educacionais em perceber a leitura como marco inicial do processo de inscrição da criança no universo simbólico de sua cultura e como elemento fundamental no processo de desenvolvimento infantil como um todo. Transformando a leitura no seu principal produto, a escola parece estar conseguindo apenas vender mais uma atividade obrigatória e enfadonha.

A literatura infantil tem ocupado um lugar político e pedagógico de grande importância tanto na formação ético-moral do sujeito, como no estabelecimento de hábitos e atitudes. Entretanto, a definição do ato de leitura como um ato qualificado que envolve tanto um exercício sensível como um exercício crítico e analítico, nos leva a pensar que através da leitura, o sujeito não só adquire alguma coisa, uma informação ou um conhecimento, mas ele fica, irremediavelmente, diferente do que era antes.

Segundo a definição de Dewey, *uma experiência é o resultado, o sinal e a recompensa daquela interação de organismo e meio que, quando se completa, é a transformação da interação em participação e comunicação*.¹ Em contraste com inúmeras coisas que podem ser experimentadas, apenas esporadicamente elas se compõem como uma experiência, já que para que isso aconteça é preciso que elas levem a uma completude de sentido, que possam ser integradas na corrente de experiências que configuram aquele sujeito em particular. Como ilustrou Dewey, um trabalho terminado, um problema resolvido, um jogo jogado, uma conversa particular, um livro lido, pode se constituir numa experiência sempre que seu final não seja apenas um ato que termina, mas sim um ato que se completa, um ato consumado.

A leitura, enquanto experiência corporificada, enraizada na vida, amplia a sensibilidade e a relação do sujeito com o mundo. A educação enquanto processo que leva a criança, progressivamente, a sustentar um diálogo com a enorme herança de sua cultura e sociedade, possibilita o exercício da criatividade e da autonomia. Nas leituras compartilhadas e na referência permanente aos livros e aos fatos da cultura não só brasileira, mas mundial, Monteiro Lobato, sem pedagogismos, construiu pontes sólidas entre a subjetividade infantil e o mundo letrado. Em um de seus serões, Dona Benta comenta: *A riqueza que quero para os meus netos é uma que possam guardar onde ninguém furte: na cabeça*.

Nenhum livro é bom ou ruim em si mesmo, a experiência gerada por cada sujeito, em cada uma de suas leituras, trará um julgamento de valor. No Sítio do Pica-Pau Amarelo toda leitura é discutível, todo valor atribuído é questionável. Os humores, as vontades, as curiosidades estão sempre fazendo com que cada um dos leitores-criança avalie suas experiências de leituras. Apenas lendo muito, ouvindo muitas e diversificadas estórias, é possível saber o que se gosta e o

¹ DEWEY, John *Art as Experience*. New York: Van Rees Press, 1934. p. 22

que se quer ler (ou ouvir). O que temos aqui é uma preocupação com o desenvolvimento da criança em toda sua integridade.

Um grande amigo de Monteiro Lobato, de quem ele se considerava um fã incondicional, foi Anísio Teixeira. Depois de um período de convivência bastante produtivo, em Nova York, esses dois pensadores que tinham *saudades do futuro*, mantiveram uma correspondência rica em idéias, decepções, projetos e análises da vida brasileira. Em uma carta, provavelmente escrita em 1932, após terminar a leitura de *Educação Progressiva: uma introdução à filosofia da educação*, Monteiro Lobato comemora:

... Eureka! Eureka! Você é o líder, Anísio! Você é que há de moldar o plano educacional brasileiro. Só você tem a inteligência bastante clara e aguda para ver dentro do cipoal de coisas engolidas e não digeridas pelos nossos pedagogos reformadores. (...) Eles não entendem a vida, Anísio. Eles não conhecem senão de nomes, aqueles píncaros (Dewey & Co.) por cima dos quais você andou e donde pôde descortinar a verdade moderna. Só você, que aperfeiçoou a visão e teve o supremo deslumbramento, pode, neste país, falar de educação... ²

A adesão de Lobato às idéias de Anísio Teixeira e, por decorrência, às idéias de Dewey, tem uma relação direta com o projeto do Sítio do Pica-Pau Amarelo. Para esses autores, as idéias de educação e leitura, praticamente indissociáveis no pragmatismo filosófico, supõem uma visão democrática e inclusiva. O que conta não é o que um sujeito sabe a mais do que outro, mas sim o que esse saber trouxe a mais para o próprio sujeito. A transmissão do saber é suportada por relações transferenciais onde alguém se oferece como referência sem no entanto exercer uma ação coercitiva. Não há, por um lado, aquele que sabe e, por outro, o que nada sabe. Todos no Sítio tem algo a transmitir, algo a ensinar, seja Dona Benta sobre a História do Mundo, seja Tia

² VIANNA, Aurélio e FRAIZ, Priscila (org.) *Conversa entre amigos: correspondência escolhida entre Anísio Teixeira e Monteiro Lobato*. Salvador:: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Cpdoc, 1986. p. 68.

Nastácia sobre lendas do folclore, o Saci sobre os segredos da mata ou a Emília, sobre qualquer assunto que lhe vier a cabeça. O fato é que todos são interlocutores capazes de falar.

A proposta educacional desenvolvida a partir do pragmatismo americano teve como alicerce principal o conceito de experiência. Certos de que a escola deve ser a instituição capaz de evitar que as crianças sejam abandonadas a um crescimento espontâneo, mantenedor das desigualdades de origem biológicas ou socio-culturais, esta proposta pedagógica centrou na experiência autêntica do aluno todo seu investimento. Como tão bem sintetizou Helena Bomeny:

“A escola renovada teria esse aspecto substantivo a distinguí-la da escola convencional: o de quebrar a dualidade ética entre um dever ser e um ser autêntico. (...) O sentido de pesquisa, investigação, aprimoramento transitam da torre de marfim da erudição armazenada e ornamentada nos recipientes convencionais, para o cotidiano de trocas, sentimentos, reações e impulsos que habitam o senso comum. O senso comum reabilitado como fonte de pesquisa, conhecimento, razão e experimento científico é a massa com a qual o pragmatismo vai conformando sua proposta pedagógica.”³

Apenas através de um texto onde a criança possa se instalar nele (*ainda faço livros onde as crianças possam morar* – um Sítio) e a partir da leitura diversificar e intensificar suas experiências, podemos dizer que estamos formando um leitor. De fato, a metáfora do livro onde se pode morar, ou ainda, a criação emiliana do livro comestível, só faz aproximar a leitura do corpo e da materialidade do sujeito que lê. Longe de ser a experiência de inteligências desencarnadas, a leitura é tônica, gestual, sangüínea e visceral. O livro passa a ser leite, morada, alimento.

Imbuída da missão de reformar na natureza tudo que lhe parecia contra a sua natureza, Emília, junto com a Rãzinha, chegou ao problema de como reformar os livros. Decidiu então fazer o livro comestível:

³ BOMENY, Helena. *Darcy Ribeiro: Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. p.137.

*- Muito simples. Em vez de impressos em papel de Madeira que só é comestível para o caruncho, eu farei os livros em papel fabricado de trigo e muito bem temperado. A tinta será estudada pelos químicos – uma tinta que não faça mal para o estômago. O leitor vai lendo o livro e comendo as folhas; lê uma, rasga-a e come. Quando chega ao fim da leitura, esta almoçado ou jantado. (...) Dizem que o livro é o pão do espírito. Porque não ser também o pão do corpo? As vantagens seriam imensas. Poderiam ser vendidos em padarias e confeitarias, ou entregues de manhã pelas carrocinhas, juntamente com o pão e o leite. (...) Desse modo o livro pode ter entrada em todas as casas, seja dos saibos, seja dos analfabetos.*⁴

Silviano Santiago, em um artigo publicado na Folha de São Paulo, *Monteiro Lobato hoje – ponto e vírgula*,⁵ afirmou que “a pequena grande descoberta de Monteiro Lobato, num país de analfabetos, foi a de que “livros existem para ser lidos”. Preocupado com a materialidade do livro, Monteiro Lobato estava preocupado com o convite que o livro deve fazer ao possível leitor. Não se formam leitores obrigando-os a ler tais ou quais grandes obras, ou entregando-lhes uma relação de livros a serem lidos durante o ano. O que forma o leitor é aprender a escolher o que, como, porque e quando ele quer ler. Ensinar a ler é antes de mais nada, ensinar a escolher.

A preocupação com o consumo e com o processo de produção e distribuição do livro, particularmente o infantil, levou Monteiro Lobato, a afirmar que a riqueza da literatura norte-americana está em ter deixado surgir *uma literatura que não se impõe à criança, mas deixa-se impor pela criança*.⁶ A lógica é a de que será a possibilidade de escolha, a abundância, a qualidade e a quantidade dos livros oferecidos que irá ensinar o futuro leitor à “escolher” o que lhe diz respeito, o que ele gosta, o que ele tem curiosidade e, mesmo, o que pode lhe interessar no futuro. Como afirma Marisa Lajolo, a leitura só se torna livre quando se respeita (...) o prazer ou

⁴ MONTEIRO LOBATO, Jose Bento. *A Reforma da Natureza. Livros Infantis de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1962. p.56.

⁵ Acesso eletrônico <http://acd.ufrj.br/pacc>

⁶ MONTEIRO LOBATO, José Bento “A criança é a humanidade de amanhã” (1949) In: *Obras Completas de Monteiro Lobato*. Vol. 9 - Conferencias, Artigos e Crônicas. São Paulo: Brasiliense, 1972. p.103

a aversão de cada leitor em relação a cada livro. Ou seja, quando não se obriga toda uma classe a leitura de um mesmo livro...⁷

A idéia do livro comestível não é utópica, pelo menos não nas culturas onde o livro não tem o status de privilegio ou de supérfluo. Basta entrar numa escola publica media nos Estados Unidos para ver realizado o banquete livresco que Lobato idealizava. Os livros estão todos lá, largados pelo chão, desarrumados nas estantes, pendurados nas paredes, sujos, rasgados e remendados, usados a vontade. Tanto mais “gastos” quanto mais eles foram os escolhidos. Lidos por prazer, por necessidade, por vontade passageira, como uma pequena gulodice, mas de todo modo lidos porque é exatamente para isso que eles estão lá.

Por outro lado, como são organizadas, limpas e bonitas as bibliotecas e as salas de leitura de nossas escolas, pelo menos as particulares. Até mesmo, as sessões de livros infantis de nossas livrarias pecam por excesso de zelo. Os pobres livros estão sempre tão arrumados, tão limpos, encadernados, organizados nas estantes, tudo perfeito para os olhos dos donos, dos pais e outros adultos incapazes de perceber que tudo isso só pode afastar as mãozinhas sujas, inquietas e desajeitadas dos pequenos leitores. Livro guardado, limpo e fechado não serve para nada. Quando a rãzinha perguntou a Emília o que tinha lhe dado a idéia do livro comestível, a espartinha respondeu:

- Foi o raciocínio. O livro existe para ser lido, não é? Mas depois que o lemos e ficamos com toda a estória na cabeça, o livro se torna uma inutilidade na casa.
 – E quando a gente quiser reler um livro?
 - Compra outro, do mesmo modo que compramos outro pão todos os dias.⁸

⁷ LAJOLO, Marisa *Do mundo da Leitura para a Leitura do Mundo*. São Paulo: Ática, 1993. p. 108

⁸ MONTEIRO LOBATO, Jose Bento. *A Reforma da Natureza. Livros Infantis de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1962. p.58.

Entretanto, não devemos identificar a idéia do livro comestível com o livro descartável. O livro comestível só termina quando cumpre sua função, ou seja, alimentar o espírito e o corpo através de uma experiência completa. O livro descartável é aquele que por sua própria natureza artificial e incompleta não merece ser preservado seja na estante seja no espírito. A própria Dona Benta, em seu retorno ao sítio, apesar de considerar o livro comestível uma ótima idéia, pensando inclusive em industrializar o livro-pão, argumenta com Emília que nem todos os livros “mereceriam” ser devorados. Depois de receber a notícia de que Rabicó, o porquinho, havia devorado a *Ilíada* de Homero e as obras completas de Shakespeare, Emília aceita “descomestibilizar” a maior parte da biblioteca, menos os de “importância secundária” e os ruins mesmo. Aqui discordamos de Dona Benta, que parece ainda estar presa a uma concepção de **aura** da obra literária. Não são apenas os livros que não prestam para ser lidos os que devem ser comidos, muito pelo contrário. A idéia de que quanto mais um livro seja “essencial” para aquele leitor, mais vezes ele seja devorado, com avidez e apetite, pode ser associada a idéia da antropofagia modernista, como já apontou Marisa Lajolo.

Em diversos textos Monteiro Lobato posicionou-se firmemente contra toda forma de parasitismo. Identificando o parasitismo como uma forma de sobreviver sem desenvolver uma estrutura autêntica, Lobato reconhece na cultura brasileira uma forte tendência a se alimentar do sangue da sua própria terra sem ser capaz de conquistar uma autonomia. Contra os livros feitos para que os carunchos devorem, Emília queria livros saborosos para o sujeito humano, livros capazes de propiciar uma verdadeira experiência dos sentidos. Em lugar dos restos carcomidos deixados por um bando de parasitas e predadores, Lobato queria que a indústria editorial brasileira, principalmente a da literatura infantil, deixasse um legado de valor para a geração do futuro.

A partir de um projeto explícito de *revelar o país a si próprio*, Lobato desenvolve a alegoria de um espaço (um sítio) diferenciado no cenário da educação brasileira. Dentro de um ideário democrata, liberal e individualista, sustentado em diferentes níveis textuais, Lobato reuniu múltiplas concepções de Brasil - moderno, caipira, atrasado - com o objetivo de possibilitar aos *habitantes do futuro*, como Anísio Teixeira definia as crianças, a visão de um outro Brasil.

A literatura é uma forma de pensar como a vida poderia ser, ou deveria ser, desenvolver utopias. Rompendo com as obviedades e com as “realidades”, a literatura rompe com a vida já dada e suspende a capacidade de não acreditar no que nossos olhos não vêem. Pedrinho durante sua famosa aventura com o saci na mata estabelece uma discussão importantíssima sobre o livro e sobre o conhecimento humano. Preso a uma concepção conteudística da leitura, leitura enciclopédica e apartada da vida, Pedrinho não consegue responder ao desafio lançado pelo “capetinha”: - *Ler! E para que serve ler? Se o homem e a mais boba de todas as criaturas, de que adianta saber ler? Que é ler? Ler e um jeito de saber o que os outros pensaram. Mas que adianta a um bobo saber o que outro bobo pensou?*⁹

A exigência da abundância e de que o livro possa ser não só o “pão do espírito” mas também o “pão do corpo”, como queria Monteiro Lobato, leva a uma concepção diferenciada do papel da literatura na estruturação das bases da construção social da subjetividade. É urgente transformar o que já se tornou lugar comum nos trabalhos acadêmicos sobre a escolarização da leitura literária, em um tema que possa ser intensamente discutido, não só na escola, mas principalmente, com a família, com os agentes sociais, comunidade, mídia, administradores de instituições públicas e privadas e personagens públicos vinculados ao desenvolvimento de políticas sociais de um modo geral.

⁹ MONTEIRO LOBATO, Jose Bento. *O Saci. Livros Infantis de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1962. p.53/4

Se falamos aqui em políticas sociais é exatamente para salientar a importância de pensarmos a questão das políticas de leitura não como uma obrigação exclusiva do Estado. A contraposição entre políticas públicas e políticas sociais é necessária porque na cultura brasileira, via de regra, a qualidade de ser publico é associada à idéia de não ter dono, de não ser de ninguém. Em contraste com outras culturas onde o publico é exatamente aquilo que pertence a todos, sendo, portanto, ao mesmo tempo, direito e responsabilidade de todos, no Brasil, nessa terra de “estrangeiros em sua própria terra”, como dizia Anísio Teixeira, o bem publico e as políticas públicas são entendidas como de responsabilidade de alguns poucos que ocupam os espaços administrativos.

Monteiro Lobato projeta no espaço do Sítio e nas relações entre os diversos personagens, o que ele gostaria de ver realizado como uma política educacional. Argumentando em favor de uma proposta educacional que respeite a criança enquanto criança, respeite o seu interesse pela vida e sua capacidade natural de pensar e indagar, Lobato esta falando de uma nova postura em relação à infância. A criança capaz de pensar é também capaz de escolher, aceitar ou negar o que lhe é oferecido, e mais que tudo, é capaz de transformar o que não considera correto: - *Nós precisamos endireitar o mundo, Pedrinho. – Nós quem, Emília? – Nós, crianças; nós que temos imaginação. Dos adultos nada há a esperar. (História do Mundo).*